

ROTEIRO DE ESTUDOS/ATIVIDADES

UME: PEDRO II

COMPONENTE CURRICULAR: História - 8º ANO A, B e C

UNIDADE TEMÁTICA: Os processos de independência nas Américas e Brasil no séc. XIX.

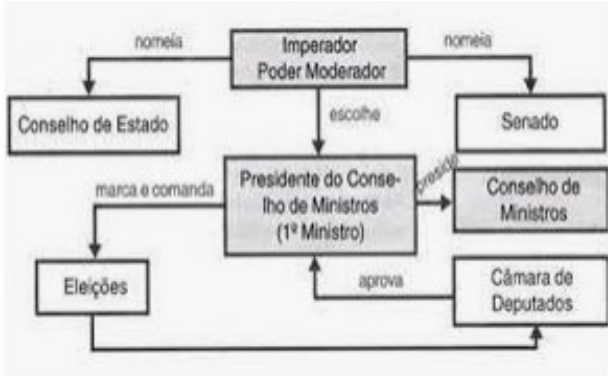
OBJETOS DE CONHECIMENTO: Primeiro Reinado e o Período Regencial

HABILIDADE: EF08HI15 e EF08HI16.

PROFESSOR(ES): Carlos Roberto de Messias.

PERÍODO DE 06/08 a 20/08/2021

Enviar para o e-mail carlos01793572801@educa.santos.sp.gov.br

História	
Tema: REBELIÕES NA AMÉRICA	
Orientação	I. Estou disponibilizando vários materiais para você estudar em casa: Os textos abaixo, links de textos e videoaulas para você ver e rever de acordo com seu ritmo e sua compreensão. Assim, você poderá, com mais tempo, estudar ainda mais e responder as questões que você encontrará nas atividades.
Textos	Ideias iluministas e um quarto poder De fato, a Carta Constitucional estabelecia um Executivo forte e, além dos três poderes propostos pelos pensadores iluministas – Legislativo, Executivo e Judiciário – a nova Constituição criava um quarto poder: o Moderador. Esse poder tinha como objetivo garantir a harmonia entre os outros três. Porém, quem chefiava esse Moderador era o Imperador, que também era o chefe do poder Executivo. Ou seja, o imperador tinha sob seu controle dois poderes. Com isso, ele podia poder dissolver a Câmara dos Deputados, convocar eleições e aprovar ou vetar decisões adotadas pela Assembleia Geral. A Confederação do Equador A dissolução da Assembleia Constituinte, em 1823, provocou insatisfação em diversas províncias. No Nordeste, por exemplo, os presidentes das províncias de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará se declararam independentes do Brasil e formaram a Confederação do Equador. As quatro províncias decidiram adotar a Constituição da Colômbia como lei máxima da Confederação. A ideia dos separatistas era criar e estabelecer um Estado autônomo, que não precisasse se reportar ou enviar impostos para o Rio de Janeiro, onde se encontrava o centro do Império brasileiro. No entanto, o desejo de unir as quatro províncias e governá-las com soberania e autonomia 

não se concretizou. Em 1824, o Império enviou forças para o Recife e para Olinda e dominou as duas cidades. Menos de três meses depois, as tropas do governo tomaram o Ceará. O movimento, naquele momento totalmente sufocado pelo governo, teve seus líderes presos e condenados à morte. Um desses líderes, o Frei Caneca, foi condenado ao enforcamento, mas por se tratar de um religioso, o carrasco se recusou a executar a pena. Em vista dessa resistência, o frei foi morto por um pelotão de fuzilamento.

Crise e renúncia ao trono

Em todo o país, muitas pessoas condenavam a concentração de poderes nas mãos do imperador. Além disso, a presença de portugueses na administração imperial causava descontentamento entre os brasileiros. A insatisfação aumentou quando o imperador entrou em disputa com seu irmão, D. Miguel, pela sucessão do trono português após a morte de dom João VI, em 1826.

A disputa agravou os sentimentos antilusitanos no Brasil. Acusado de se preocupar mais com assuntos estrangeiros do



que com os problemas nacionais, dom Pedro I perdeu seu prestígio entre a população. Assim, em abril de 1831, sozinho e sem apoio, o imperador foi obrigado a **abdicar** do trono em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, de 5 anos de idade. Chegava ao fim o Primeiro Reinado.

Abdicar: renunciar a um cargo (neste caso, ao cargo de rei ou imperador) ou a uma honraria.

A Regência (1831-1840)

Com a abdicação de D. Pedro I, o trono brasileiro ficara vago, pois seu filho e sucessor tinha somente 5 anos de idade. A Constituição previa que, enquanto o pequeno Pedro não atingisse a maioridade (18 anos), o país seria governado por regentes nomeados pela própria Assembleia Geral (assim se chamava, na época, o Poder Legislativo, composto da Câmara dos Deputados e do Senado).

Entre 1831 e 1835, vigorou uma Regência Trina, ou seja, uma regência composta por três integrantes. De 1835 a 1840, a regência tornou-se una, ou seja, apenas uma pessoa exercia o cargo de regente. Esses nove anos trouxeram algumas mudanças significativas para o país. Uma das principais discussões desse período foi o da organização das forças armadas para a defesa do governo do Brasil.

Nesse sentido, em 1831, a regência criou uma força armada que respondia diretamente ao Ministério da Justiça. Essa organização se chamava Guarda Nacional e surgiu para defender o cumprimento da Constituição, evitar desordens e rebeliões internas.

Coronelismo

A Guarda Nacional era formada por **milícias** civis, e não por militares, uma vez que não estava ligada ao Exército. Em cada cidade ou vila do interior deveria haver uma unidade da Guarda Nacional. Seu posto mais alto era o de coronel. Esse cargo era quase sempre ocupado pelo chefe político do lugar, que representava os interesses dos grandes fazendeiros. Dessa forma, a criação da Guarda Nacional consolidou o poder local dos grandes proprietários de terra.

Surgia assim um sistema político conhecido como coronelismo. A base desse sistema era o poder local dos coronéis do interior (daí o nome). O coronelismo teria muita influência na vida política brasileira até meados do século XX. Como organização, porém, a Guarda Nacional foi abolida em 1918.

O coronel, geralmente um grande proprietário de terras, controlava a vida da família, dos filhos e afilhados (que eram muitos), dos **agregados**, dos colonos que trabalhavam em suas terras e dos comerciantes locais. O poder político sobre as pessoas que viviam próximas ocorria por meio da troca de favores, da oferta de proteção e também por meio da ameaça de violência contra quem contrariasse seus interesses.

Milícia: organização de cidadãos armados que não integram o exército oficial de um país.

Agregado: pessoa que convive com uma família como se fizesse parte dela.

Rebeliões nas províncias

O período regencial também foi marcado por um grande número de guerras civis que, por pouco, não puseram em risco a integridade do território brasileiro. Contribuíram para essas rebeliões as disputas políticas internas das províncias, as desigualdades sociais e a continuidade da escravidão.

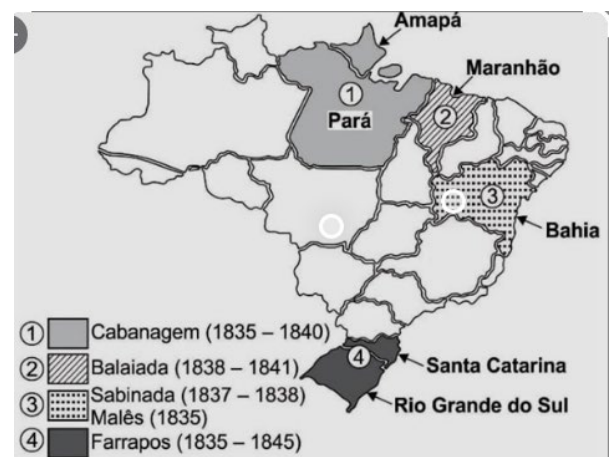
No Grão-Pará, por exemplo, as hostilidades contra a nomeação do presidente da província ocasionaram, entre 1835 e 1840, a Cabanagem, movimento que contou com a participação das camadas pobres da população, que moravam em casebres nas margens dos rios e nos igarapés.

Ainda em 1835, os rebeldes tomaram o poder na capital, Belém. Esta foi a primeira vez que a população pobre conseguiu tal feito em uma província do país. Foram necessários cinco anos de combate para o governo retomar o controle. A Cabanagem terminou em 1840, deixando 30 mil mortos ou cerca de 20% da população da província.

Entre 1838 e 1842, na província do Maranhão, lavradores, vaqueiros, tropeiros e artesãos, entre outros trabalhadores livres, além de três mil escravizados, lideraram uma revolta. Eles protestavam contra as forças locais que recrutavam **compulsoriamente** para o exército os membros das camadas pobres da população.

Os rebeldes criticavam também as desigualdades sociais e a discriminação social da qual eram vítimas. Durante os confrontos, invadiam fazendas e libertavam os cativos. Em 1839, chegaram a dominar Caxias, a segunda maior cidade maranhense, onde constituíram uma Junta Provisória. Esse movimento ficou conhecido pelo nome de Balaiada, pois um de seus líderes era um escravizado fugido que fabricava balaies (cestos).

Os combates se estenderam até 1842, quando as tropas governistas controlaram os rebeldes. Os confrontos deixaram um saldo de seis mil mortos, entre cativos e sertanejos pobres.



Compulsório: o que é imposto a alguém, obrigatório.

Revolta dos Malês e a Sabinada em Salvador

A cidade de Salvador abrigava, no começo do século XIX, cerca de 65 mil pessoas. Mais de dois terços dessa população era composta de negros e pardos livres e escravizados, que sofriam com o preconceito e a opressão social. A desigualdade social era muito grande: cerca de 90% da população livre vivia na pobreza. Toda essa situação contribuiu para que ocorresse em 1835, a chamada Revolta dos Malês, um movimento liderado por escravizados de diferentes etnias seguidores do islamismo (os malês) cujo objetivo era dominar a população branca e decretar uma monarquia islâmica na Bahia.

A revolta irrompeu em janeiro de 1835, quando cerca de 600 escravizados e libertos, armados de espadas, saíram às ruas e ocuparam diversos quartéis. Queriam o fim da escravidão e da propriedade privada da terra. O movimento, contudo, fracassou: tropas do governo, portando armas de fogo, contiveram a rebelião e mataram grande número de rebeldes.

Dois anos depois, uma nova rebelião foi deflagrada em Salvador. Tratava-se da Sabinada, revolta cujo nome deriva de seu principal líder, o jornalista Sabino Barroso. O movimento defendia a emancipação da Bahia, que seria transformada em uma República.

Contando com o apoio de amplos setores da sociedade, como representantes das camadas médias e baixas da população, militares, comerciantes e escravizados, os revoltosos tomaram o controle de Salvador e proclamaram a República Bahiense. A repressão ao movimento foi intensa e a república não sobreviveu por mais de quatro meses. Cerca de cinco pessoas foram mortas nos combates e outros acabaram presos. Por cinco anos, a província viveu sob intervenção militar.

Revolução Farroupilha

No Rio Grande do Sul – e posteriormente em Santa Catarina – outro movimento marcaria profundamente a nacionalidade brasileira e as relações com o governo central. Foi a Revolução

	Farroupilha (1835-1845), uma longa e sangrenta guerra civil também conhecida como Guerra dos Farrapos. O movimento foi liderado por fazendeiros gaúchos (estancieiros), mas contou com a participação também de outros segmentos, como representantes do clero e magistrados, embora estes nunca tenham chegado às posições de comando. Do ponto de vista político, os estancieiros defendiam maior autonomia das províncias em oposição à centralização praticada pelo governo regencial. Do ponto de vista econômico, estavam insatisfeitos com os altos impostos cobrados pelo governo sobre seus produtos: charque (carne-seca), couro, trigo e animais. Também estavam incomodados com a concorrência do charque importado do Uruguai. Em 1835, sob a liderança de Bento Gonçalves, rico proprietário de terras e comerciante, os revoltosos depuseram o presidente da província e ocuparam a capital Porto Alegre. Em setembro de 1836, proclamaram a República Rio-Grandense. Os farroupilhas dominaram grande parte do território sulino até 1845, quando firmaram um acordo com o governo central, pondo fim à revolta.
Atividades	Leia as questões abaixo e responda: 1. Durante a Regência, ocorreram revoltas em diversas províncias brasileiras. Apesar das diferenças entre as causas que as provocaram, essas revoltas tinham aspectos comuns dentro de um mesmo contexto político. Identifique esses aspectos nas revoltas regenciais. 2. Durante o período regencial (1831-1840), o Brasil foi palco de várias revoltas e rebeliões. Em províncias diferentes, surgiram movimentos que questionavam a ordem política e social. Assinale V para as opções verdadeiras e F para as falsas, levando em consideração as seguintes afirmativas sobre rebeliões desse período: () A Cabanagem (1835-1840), ocorrida no Pará, foi um movimento que contou com a participação das camadas pobres e defendeu, entre outras propostas, o fim das desigualdades sociais. () A Revolução Farroupilha (1835-1845) foi um movimento de contestação da ordem, ocorrido no Rio Grande do Sul. Seus participantes eram principalmente indivíduos pobres ou escravizados que lutavam por mudanças sociais e pelo fim da escravidão. () A Revolta dos Malês (1835), na Bahia, foi um motim de escravizados e libertos que queriam o fim da escravidão e da propriedade privada da terra. () No Maranhão, ocorreu a Balaiada (1838-1841), na qual grandes comerciantes e proprietários de terras exigiram mudanças políticas e cortes de impostos. 3. A maioria de D. Pedro II foi antecipada, em 1840, para que ele pudesse assumir o trono brasileiro. Entre os objetivos do chamado Golpe da Maioridade, podemos citar o esforço de: a) Obter o apoio das camadas baixas da população, que reivindicava um imperador para o Brasil no lugar dos regentes. b) Ampliar a autonomia das províncias e reduzir a interferência do poder central nas unidades administrativas. c) Abolir a lei de 1831 que impedia a entrada de escravizados no Brasil. d) Promover ampla reforma constitucional de caráter liberal e democrático no país, reagindo ao autoritarismo da Constituição de 1824 que instituiu o poder Moderador. e) Restabelecer a estabilidade política comprometida durante o período regencial e conter revoltas de caráter regionalista.

Onde encontro o conteúdo	Videoaula – Primeiro Reinado / Período regencial Disponível em: https://youtu.be/Va01QETRzmg Disponível em: https://youtu.be/eP4NsZD5SXg Acesso em 20 julho 2021 Site fec.Unicamp - Primeiro Reinado e Período Regencial Disponível em: http://www.fec.unicamp.br/~caxd/falcetta/_resumos/hist11.pdf Acesso em 20 julho 2021
--	--